

A síndrome das prioridades invertidas que assola Brasília

Tomo por empréstimo a expressão utilizada por Armínio Fraga em [entrevista](#) para Idiana Tomazelli, no jornal "O Estado de S.Paulo", na qual afirma que se gasta "primeiro no que não é essencial e volta ao Ministério da Economia e diz que acabou o dinheiro". "O orçamento existe justamente para evitar esse al em que tudo é sempre prioritário e é difícil dizer não."



Bingo. Excelente análise. A negociação orçamental brasileira sofre da

síndrome das prioridades invertidas que assola Brasília. Em outra linguagem abordei o tema quando fiz a [correlação](#) entre *reserva do possível* e *escolhas trágicas*.

Isso fica ainda mais patente quando se lê dois dias após, em entrevista para a mesma jornalista, o senador Marcio Bittar (MDB-AC), relator da PEC do Pacto Federativo e do Orçamento para 2021, [afirmar](#) que "Não haverá gasto mínimo para educação e saúde". A jornalista insistiu perguntando se não mais haverá valores mínimos no orçamento para gastos com educação e saúde, recebendo como resposta que "se depender de mim, não". "O Congresso tem que pensar no país." E acresceu: "Ninguém vai tirar um real, Apenas estamos devolvendo ao Estado e ao município o poder de legislar sobre o direito dele." Para o senador, "todo mundo sabe que a educação está uma porcária." Minha dúvida é se, deixando de vincular recursos, haverá melhora na educação e na saúde dos brasileiros.

Parecem-me afirmações contraditórias, pois ninguém obriga os entes federados a gastar *mais* em educação e saúde, mas a norma constitucional *impede* que seja gasto *menos*. Aqui, no meu sentir, existem diferentes problemas sendo tratados de forma errada. Uma coisa é a qualidade do ensino e da saúde, outra é sua garantia financeira. Retirar a garantia financeira certamente fará piorar a qualidade, porém, retirando-a, a má qualidade, piorará. Sempre digo que *no fundo do poço há um alçapão*, pois sempre há espaço para tornar tudo pior.

Nem mesmo o argumento da *liberdade do legislador orçamentário* deve ser considerado, pois a *desvinculação* pretendida só acarretará *menos* gastos sociais, pois *mais* gastos nessas rubricas sempre foi permitido.

Observe-se que tais propostas vicejam, (1) quanto à *saúde*, no ano da pandemia, no qual o SUS vem se destacando como um sistema fundamental para o atendimento médico da população brasileira, o que é internacionalmente reconhecido, e, (2) quanto à *educação*, no momento em que ocorre um *tsunami migratório* de alunos do setor privado para o setor público em razão da crise, conforme se lê no [relato](#) da jornalista Luciana Alvarez, na *Folha de S.Paulo* de 13 de setembro: "Em SP , número de transferências para a rede pública é dez vezes maior do que em 2019".

Ou seja, em tempos de crise sanitária e econômica, em que os setores públicos de saúde e de educação devem ser reforçados e ampliados, a política pública apontada pelo governo Bolsonaro é no sentido de reduzir gastos nesses setores. Não poderia haver pior oportunidade para a adoção de medidas liberais como essas, pois a rede de proteção social necessita ser ampliada e não desmantelada.

Será que tal barbaridade passa no Congresso? Nunca se sabe qual pensamento político preside as maiorias parlamentares advindas das eleições de 2018, ocorridas 30 anos após a redemocratização brasileira. Ulysses Guimarães, que era do mesmo partido do senador Márcio Bittar, deve estar se revirando *no túmulo*, pois lutou tanto para que houvesse uma proteção financeira para estes direitos sociais na Constituição de 1988 para que, com uma canetada, isso fosse descartado.

Caso a questão chegue ao STF espera-se que este faça valer o artigo 60, parágrafo 4º, IV, da Constituição, que proíbe que *sequer haja deliberação* sobre "proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais". Direitos fundamentais sociais, que são prestacionais, exigem gastos públicos, caso contrário se tornam apenas *tinta sobre papel*, sendo necessário haver uma *garantia* financeira para sua efetiva concretização.

A *síndrome das prioridades invertidas* que assola Brasília tem também em [destaque](#) o corte do orçamento do Ibama e do ICMBio, mesmo quando o Pantanal arde em chamas e as bordas da Amazônia vão sendo desmatadas. No mesmo sentido identifica-se a alocação de mais verbas para o Ministério da Defesa do que para o Ministério da Educação no orçamento para [2021](#), embora este *ainda* tenha mais recursos, conforme [esclareceu](#) o governo. Exemplos não cessam.

Tudo isso aponta para uma espécie de *negacionismo financeiro*, ou, de forma mais polida, para a *síndrome das prioridades invertidas* que assola Brasília.

Date Created

15/09/2020